



1290000854



TCC/UNICAMP Si38p

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

**A PEQUENA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA:  
ASPECTOS TEÓRICOS E UM ESTUDO DE CASO**

Monografia de graduação apresentada  
ao Instituto de Economia da UNICAMP  
sob a orientação do Prof. Pedro Ra-  
mos, banca: Prof. Bastiaan Philip  
Reydon.

*Aluno: Flávio Franco de O. e Silva*

Campinas

TCC/UNICAMP  
Si38p  
IE/854

UNDOC/IE

## Agradecimentos

Aos meus *Pais*.

Agradeço a orientação e a paciência do Prof. *Pedro Ramos* sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

Lembrando também dos profs. *Bastiaan*, *Waldir Quadros* e *Lopreato*.

Obrigado.

## Sumário

Introdução .....	1
------------------	---

### CAPÍTULO I

Pequena Produção na Agricultura: Aspectos Teóricos ....	2
I.1. Debate Clássico - Um breve resumo .....	3
I.2. A Questão Agrária - Karl Kautsky - A evolução da agricultura frente ao capital .....	6
I.3. O Advento do Capitalismo - Transformações na Agri- cultura .....	10
I.4. A Tecnologia como Contraponto .....	14

### CAPÍTULO II

A Pequena Produção no Brasil: comentários sobre aspec- tos históricos de sua inserção na estrutura agrária bra- sileira .....	15
II.1. Brasil - A pequena produção .....	16
II.2. A Pequena Produção .....	18
II.3. Origem da Pequena Produção e Estrutura Agrária ..	22
II.4. Desenvolvimento Capitalista - Tendência à concen- tração .....	25

### CAPÍTULO III

Um Estudo Localizado: A Produção Agropecuária no Municí- pio de Nerópolis - GO .....	28
III.1. Aspectos Gerais do Município .....	29
III.2. Dificuldades Enfrentadas .....	35

Considerações Finais .....

Bibliografia .....

## INTRODUÇÃO

A questão da pequena produção se coloca como um processo complexo, que não pode ser facilmente explicado face a grande variedade de fatores (causas econômicas, técnicas e culturais) que se misturam/combinam de tal modo que nem sempre podemos perceber suas articulações e o peso de suas determinações na definição de um quadro específico.

A enorme variedade de fatores, alguns históricos de uma estrutura herdada, alguns culturais de determinadas regiões/situações, outras incluídas na própria dinâmica capitalista que se desenvolve em ciclos e transforma as relações sociais existentes, fazem da análise da questão da pequena produção, um tema repleto de especificidades onde se torna difícil de se chegar à conclusões acabadas, sendo necessária escolhas teóricas e delimitações.

É dentro deste contexto que procuraremos humildemente analisar e obter algumas conclusões sobre a questão. Para isso, lançamos mão, após uma discussão de aspectos teóricos de uma situação localizada.

CAPÍTULO I  
PEQUENA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA:  
ASPECTOS TEÓRICOS

## I.1 - DEBATE CLASSICO - Um breve resumo

A questão da pequena produção sempre originou visões profundamente divergentes em relação a sua posição e ao seu futuro dentro de uma economia capitalista.

Dentro dos chamados autores clássicos, KAUTSKY, CHAYANOV e LÊNIN encontram-se essas divergências sobre o tema, cada um centrando sua análise e apontando um caminho sobre determinado ponto da questão.

Karl Kautsky apresentava em 1898 ao público alemão sua principal obra - A QUESTÃO AGRÁRIA - surgida das discussões da social democracia alemã sobre o posicionamento do partido a respeito do cumprimento e da evolução da agricultura moderna. Dentro do contexto de um completo estudo econômico sobre o campo e as leis que regem o seu desenvolvimento sob o capitalismo, Kautsky realiza um estudo onde procura comprovar a inferioridade da pequena exploração face a grande agricultura capitalista, estudo que vamos nos centrar nas próximas páginas, procurando demonstrar as transformações sofridas com o advento do capitalismo na agricultura.

Para Kautsky tanto o desenvolvimento da grande agricultura quanto a inserção do pequeno produtor na agroindústria, são parte do processo de industrialização da agricultura que aboliu a separação entre indústria e agricultura no início do capitalismo. Kautsky desenvolveu uma explicação para a sobrevivência da pequena produção apontando uma articulação desta com a indústria, o que transforma o produtor direto em "Trabalhador para o Capital" (Kautsky, 1.974, cap. 67).

Chaiianov teoriza sobre uma lógica não capitalista da família camponesa, defende que o campesinato pode permanecer infengce à diferenciação social, porém, visualiza que " a lógica interna da economia camponesa é minada pela ação da agroindústria " (Wilkson 1.988, 101), quando tenta mostrar a compatibilidade da economia camponesa com a modernização industrial - o que "inviabiliza sua teoria da lógica interna da unidade familiar" (Wilkson 1.988,102).

Já Lênin apresenta a hipótese da diferenciação através da elaboração em termos de tendência básica (uma vez que " o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma forma variadas " Lênin 1.982,116), dá sugestão de que o desenvolvimento do capitalismo atua na economia camponesa, originando dois grupos distintos. Um composto por produtores que evoluiriam para a situação de capitalistas , e outro, para a situação de proletários. Além de registrar que no processo histórico se observa um campesinato médio, que seria um " elo intermediário " que tenderia ao longo do tempo a somar-se em maior parte aos proletários e uma parte menor em capitalistas. (Lênin 1.982,118).

As opiniões dos clássicos já sugerem em si a problemática da questão da pequena produção demonstrando que a relação entre agricultura e capitalismo é complexa, e a subordinação total desta, à lógica capitalista, ainda hoje, é problemática.

A questão agrária tem determinações históricas profundas que influenciam a forma em que o modo de produção capitalista penetra na agricultura.

Procuraremos, de uma maneira geral, centralizar na análise de Kautsky em " A questão Agrária " para explicitar genericamente as transformações que o advento do capitalismo processa na agricultura como um todo.

I. 2 - A QUESTÃO AGRÁRIA - KARL KAUTSKY - A evolução da agricultura frente ao capital.

" Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre as técnicas da grande e da pequena exploração ". (Kautsky, 1.974)

Na época pré-capitalista, não se colocava uma diferença qualitativa entre a pequena e grande produção agrícola. As grandes extensões eram cultivadas pelos mesmo meios, e mesmas técnicas utilizadas pelos pequenos agricultores, necessitando-se apenas de um maior número de ferramentas, animais e homens.

Não existia, portanto, nenhuma superioridade da grande produção sobre os meios de produção dos componentes. A única diferença entre ambos, seria que os agricultores que trabalhavam para senhores de terras, não o faziam espontaneamente. Neste sentido, procuravam minimizar o seu trabalho e esforço, sofrendo a exploração do nobre, uma perda de tempo e de meios de trabalho.

Este contexto muda quando cessa a servidão feudal, e o senhor territorial se torna um livre proprietário de seus domínios, com seus próprios meios de produção (instrumentos, animais e seus próprios operários assalariados). A partir daí, começa a se manifestar uma dissemelhança entre a grande e a pequena exploração, demonstrando uma superioridade técnica da grande exploração. Começa a se notar uma maior eficiência na utilização dos " meios de produção", (numero de animais, de ferramentas empregadas e da soma de forças de trabalho), usados em proporção menores numa grande do que numa pequena exploração. (relativamente a superfície, sendo igual a natureza da lavoura).

Como coloca Kautsky, " cinquenta pequenas explorações camponesas têm necessidade de 50 arados, 50 grades, 50 carroças, etc., ao passo que um número bem menor destes apetrechos, ' igual talvez a um décimo do primeiro, basta numa grande propriedade. A grande exploração realizada, por conseguinte, numa cultura idêntica, gera uma economia considerável de animais e instrumentos."

Kautsky sinalizava a existência de economia de escala na agricultura, apontando que a grande exploração se colocava mais habilitada para aproveitar os benefícios da divisão do trabalho, do uso mais intensivo das ferramentas, instrumentos e máquinas, e também das forças humanas e de animais, elevando a sua produtividade e tirando deles o máximo de proveito.

Além disso, indicava que a grande exploração permitia começar uma especialização, e com isso a adaptação de ferramentas e instrumentos aos diferentes trabalhos, abrindo precedentes para o progresso técnico, colocando este tipo de produção muito superior a produção pré-capitalista.

As vantagens da grande exploração não paravam por aí, se colocando nas compras por atacado, na obtenção de crédito, na comercialização de seus produtos, etc., sendo uma vantagem muito considerável, resultante do maior número de mão-de-obra que emprega, à possibilidade de divisão de tarefas, com maior aproveitamento de tempo, e resultados melhores decorrentes da cooperação e ação coordenada de vários trabalhadores tendo como objetivo um resultado preciso, como por exemplo, na colheita que se faz mais rápida, conseguindo vantagens na comercialização.

A pequena exploração compensava as vantagens da grande produção, com uma atividade mais intensa, cuidados mais assíduos do trabalhador, que produz para si mesmo, (ao contrário do assalariado colocando não só ele próprio como toda a sua família em um trabalho árduo e intenso. Na agricultura, principalmente na pequena exploração, lar e lavoura estão intimamente fundidos.

Observa-se um aumento da duração do trabalho, na mesma proporção dos atrasos nos processos técnicos de exploração vis a vis a grande produção, efeito de concorrência no mercado.

A medida em que a agricultura se modernizava/racionalizava, e a concorrência aumentava entre a grande exploração científica e a pequena cultura camponesa, os camponeses eram forçados a se lançar no trabalho levando suas famílias, mulheres e crianças, restringindo a educação destas últimas.

Colocava-se o fato de o pequeno camponês para manter-se independente, suportava uma carga muito grande de privações, muitas vezes (na grande maioria), vivendo em condições piores que os lavradores assalariados das grandes explorações. Como colocava " Reed " sobre a vida do pequeno camponês.

" O único meio que ele tem de aguentar é trabalhar como dois salários e gastar como um. Os seus filhos andam na miséria e são educados em condições piores que as dos filhos dos jornaleiros " \*

Neste sentido, chegava-se a questionar a validade da pequena produção agrícola, em função do sacrifício que era atribuído

\* trabalhadores assalariados

ao pequeno camponês, colocando que não se encontravam especialistas que defendiam a opinião de que a pequena exploração poderia produzir tão racionalmente como a grande, ressaltando que para certas produções, a grande exploração era preferível, para outras, a pequena (notadamente em lavouras mais "complicadas e custosas"). Contudo, concluía-se que em geral, as lavouras em que a pequena exploração era superior à grande, dificilmente mereciam menção, podendo-se dizer que a grande empresa era sem dúvida superior a pequena.(1)

(1) - Kautsky, um social democrata, se opunha à pequena produção/propriedade, enquanto forma de produção individualizada, que seria para ele um entrave ao socialismo. Assim desenvolve um avançado estudo para a sua época para comprovar a inferioridade da pequena exploração face a grande exploração agrícola.

I - 3 - O ADVENTO DO CAPITALISMO - Transformações na agricultura

" O capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas " Kautsky, Carl, 1.974).

O sistema capitalista de produção se desenvolve em primeiro lugar, na zona urbana, na indústria, ficando a agricultura " lhe escapando " por muito tempo, mas a evolução da indústria modifica o caráter da produção rural.

Na idade média a família do camponês se primava pela auto suficiência, constituindo uma sociedade econômica, que não apenas produzia seus alimentos, como construía sua casa, seus móveis, utensílios domésticos, fabricava a maior parte de suas ferramentas, preparava o linho e lã, confeccionava suas roupas, enfim quase tudo que necessitava ele e sua família.

A ida ao mercado se dava somente para a venda do excedente do que produzia e compra de supérfluo. " Do resultado do mercado poderia depender a sua abastância e o seu luxo, mas nunca a sua subsistência " .

Esta sociedade (que bastava a si mesma) se colocava como permanente, os piores interpérios, (uma péssima colheita, um incêndio, invasão de um inimigo, etc) eram passageiros, podendo os camponeses se recuperar e reconstruir, uma vez que não " secavam as fontes de vida", ou seja, a sua propriedade.

Existia uma abundância, uma tranquilidade, uma confiança no futuro entre esses camponeses proprietários. O camponês executava com a família todo o trabalho na sua pequena "Herdade", graduando a sua produção pelo seu consumo, pouco tendo a vender ou comprar.

Dissimula-se uma profunda revolução econômica a partir deste tempo, que tem como base a dissolução que a indústria, (essencialmente urbana) e o comércio, determinaram na pequena indústria dos camponeses. A indústria urbana capitalista vai se revestindo de uma grande superioridade, produzindo através de seus melhores recursos, (inclusive a divisão do trabalho, uma vez que na família rural esta era fraca, não indo além da divisão entre homens e mulheres). Ferramentas e instrumentos mais perfeitos, implantando novas necessidades que a indústria rural não era capaz de satisfazer. Este processo avança, com a indústria capitalista se revestindo de tão grande superioridade, que desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês. Com isso surge cada vez mais a necessidade de dinheiro, agora não mais para a compra de supérfluos, mas também para a compra de coisas necessárias, não mais podendo prover sua manutenção sem dinheiro.

Junto com a necessidade de dinheiro do camponês, de desenvolviam e cresciam as forças que o exploravam, (senhores feudais, príncipes, autoridades públicas uma vez que estas também se enquadravam no processo de mercantilização/capitalização que se processava no interior da sociedade) conduzindo as prestações antes em gêneros, isto é em parte da produção, em prestações monetárias, aumentando naturalmente as necessidades de dinheiro do camponês.

Assim o camponês começa a se submeter ao mercado. Para conseguir dinheiro levava seus produtos ao mercado para a venda, observando que sendo os produtos de sua indústria doméstica atrasados, ele enocontrava mais compradores para os produtos que a indústria urbana não produzia, forçando-o a se tornar um "agricultor puro", algo que não era no início.

O camponês passa a depender do mercado que era mais incerto e imprevisível que os fatores naturais, como o tempo, os quais pelo menos poderia prevenir-se a um certo ponto ( irrigação ' contra a seca, fossos de descarga em excessiva unidade, etc. ).

O camponês não tinha controle sobre os preços e condições de compra e venda no mercado. O que se consagrava uma benção, uma boa colheita, tornava-se um flagelo.

Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, surgia a figura do intermediário comerciante, que chegava a dominar em certa medida o mercado, se utilizando dele para explorar o camponês.

Quando em anos ruins os ganhos do camponês não eram suficientes para cobrir as suas necessidades de dinheiro, este se ligava a uma nova e mais cruel forma de dependência, uma nova exploração, a do capital usuário. Através de crédito e hipotecando sua propriedade começava um novo processo de expropriação dos camponeses, transformando-os em proletários.

Quanto mais o lavrador dependia do mercado, mais tinha necessidade de dinheiro. Quanto maior o excesso de gêneros que deveria colher e vender mais tinha necessidade de terra, proporcionalmente ao tamanho de sua família, permanecendo idênticas as condições de produção para cobrir suas despesas. (uma vez que, inicial-

mente a propriedade rural do camponês continha a terra necessária à alimentação de sua família e para o pagamento do foro dos senhores) .

Não podendo aumentar a extensão de suas terras, mas possuindo na casa família muito numerosa, utilizava o recurso de diminui-la, afastando o excedente de trabalhadores, colocando-os a serviço de outros como operários assalariados. (empregados de granjas, soldados ou proletários urbanos). Criava-se assim, um "exército" de mão-de-obra disponível. Em contrapartida isto trazia em épocas de pico de trabalho na sua propriedade, a necessidade de contratação de "braços auxiliares" que poderiam ser dispensados quando não se tinha mais necessidades deles, ficando mais em conta do que se preciso sustentá-los como membros da família o ano inteiro.

Neste sentido a mesma evolução que suscitou a procura de operários assalariados, criou estes operários. Sendo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista na cidade, transforma completamente a existência do camponês.

" O capital não se restringe à ação na indústria, assim que adquire forças bastante, apodera-se também da agricultura." (Kautsky).

Um aspecto de fundamental importância a que se pre-tende centrar no trabalho, e apontar como contraposto à tendência 'apontada por Kautsky, seria a tecnologia como responsável por tran-sações profundas no funcionamento das economias camponesas, tan-to a nível interno da unidade produtiva - associada a disponibili-dade de recursos físicos e financeiros, processo de produção, divisão interna do trabalho com membros da família ou eventual mão-de-obra contratada - como a nível externo, nas suas relações com a sociedade capitalista, como o grau de mercantilização da produção, articu-lação com o setor comercial e formas de financiamento.

Neste sentido a política tecnológica para o setor de pequenos produtores emerge como o fator chave no contexto de sua di-nâmica estrutural, seja no sentido de auto promovê-lo, ou de destrui-lo. Como coloca Graziano da Silva\* "de alta relevância no direciona-mento dos processos de diferenciação e de decomposição do setor cam-ponês, em sentido ascendente ou descendente, isto é, na direção de um processo de proletarianização ou de capitalização".

Mostrando que a sobrevivência da pequena produção 'agrícola, enquanto forma de produção eficiente, está relacionada com a sua capacidade de adaptação, via processos tecnológicos, às novas exigências que a ela se colocam, diante do processo de capitaliza-ção da agricultura.

\* - Pequena produção agrícola. 3º Encontro Nacional Geog. Agrária  
Introdução.

## CAPÍTULO II

### A PEQUENA PRODUÇÃO NO BRASIL: COMENTÁRIOS SOBRE ASPECTOS HISTÓRICOS DE SUA INSERÇÃO NA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

## II.1            BRASIL - A pequena produção

Para se discernir sobre questões que dizem respeito a área agrícola no Brasil, antes de mais nada, é preciso entender que o direcionamento da agricultura brasileira, num sentido mais amplo, representa a sua adequação ao sistema capitalista, ou seja, às transformações por que passa o capital. Assim entende-se que a compreensão do desenvolvimento da agricultura e sobretudo da pequena produção, está intimamente relacionada com o desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico. É nesse sentido, relacionada com o desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura, que se cria e se recria a pequena produção, redefinindo-se e sendo redefinida de acordo com as exigências, necessidades e espaços deixados pelo crescente processo de capitalização na agricultura brasileira.

Este processo explica os diferentes tipos de organização da produção, a multiplicidade de formas e os diversos tipos de atividades que assume a pequena produção, na estrutura agrária brasileira. Explicitando a complexidade do assunto, e a dificuldade de se tratar esse tema, tendo que se definir claramente, um corte analítico que assegura conclusões concretas, ou pelo menos aproximadas para um determinado " tipo " de pequena produção agrícola.

Neste trabalho, analizaremos a pequena produção como um todo, de uma maneira geral, observando o processo histórico, sua inserção na estrutura agrária brasileira, e os impactos e transformações por que passa com o advento do processo de modernização da agricultura brasileira ocorrido a partir dos anos 60, notadamente na sua questão central de como esta pequena produção se adapta à " Industrialização " da agricultura brasileira e como ela sobrevive.

Não nos centraremos nas especificidades de cada caso, procuraremos demonstrar uma tendência geral do processo, ressaltando que a enorme complexidade e a multiplicidade das formas que assume a pequena produção, nas diferentes regiões/situações socio-econômicas e culturais, leva à necessidade para se obter conclusões mais concretas, de pesquisas específicas para cada tipo de pequena produção no contexto de cada região. Pesquisas estas que se tornam de grande dificuldade face a uma deficiência e até mesmo quase inexistência de dados estatísticos e informações sistematizadas disponíveis, dado uma anarquia administrativa com que é e sempre foi tratada a questão agrária no Brasil, refletindo um desinterêsse que esconde por trás a manutenção das perversas estruturas existentes.

Centralizaremos então, nosso estudo no sentido de colocar um "apanhado" geral da inserção da pequena produção na questão agrária do Brasil, não assumindo a pretensão de responder concretamente questões tão complexas como as que iremos tratar.

## II.2 A PEQUENA PRODUÇÃO

O que caracteriza a pequena produção agrária é o fato de que de alguma maneira o pequeno produtor conserva a "posse" direta do principal meio de produção, mesmo que altamente explorados e na suas várias diversidades de formas, parcial ou formalmente, de uma maneira ou de outra, possuem acesso a terra para produzir gêneros agrícolas.

A pequena produção, neste sentido, assume uma diversidade muito grande de formas, se tornando difícil uma caracterização geral para efeito de estudo. Cada forma com suas relações sócio-econômicas e suas especificidades. Sendo as condições de acesso à terra, e em decorrência, a autonomia no controle e uso desta, determinantes para se definir categorias mais ou menos precisas de pequenos produtores.

De acordo com as definições do levantamento censitário do IBGE e das estatísticas cadastrais do INCRA, essas categorias são as seguintes:

Parceiros: todo agricultor responsável pela exploração da terra em sociedade com o proprietário ou possuidor de qualquer título sob regime de meia, quarta ou outra parcela da produção combinada com o proprietário.

Pequeno arrendatário: todo agricultor que explora área inferior ao módulo rural pertencente a outra pessoa, a quem paga aluguel pelo uso e gozo.

ocupante ou posseiro: todo agricultor que explora terra pública ou privada a justo título e/ou simples ocupação.

minifundista: todo pequeno proprietário de imóvel rural com tamanho inferior ao da propriedade familiar (1)

Incorporando-se ainda, a categoria do trabalhador permanente, que combina parte de sua força de trabalho no regime assalariado e outra parte na exploração de culturas de subsistência ou comerciais, sob regime diversos (parceria, posse, meia, etc.. ).

Dentro de todo este contexto, encontramos ligados à pequena produção (2), observando que sempre em decorrência da estrutura fundiária, desde o pequeno proprietário que não executa trabalho assalariado para complementação de sua renda; o posseiro e o arrendatário que pagam renda da terra com seu produto, os parceiros que pagam em parcela da produção alguns recebendo apoio de infra-estrutura (terra preparada, sementes, adubos) ou ou tros não; o morador em regime de de sujeição, com roçado próprio; até assalariado que pode ser escalonado como temporário se isso reflete a complementação de ganho de uma relação entre as anteriores mencionadas e o assalariado vinculado a emprego ro que se encontra no limiar do rompimento de vínculo com a terra.

(1) - A propriedade familiar é definida no estatuto da terra como imóvel que, direta ou pessoalmente explorada pelo agricultor e pela sua família lhes absorve toda força de trabalho garantindo-lhes a subsistência.

(s) - De acordo com o Relatório do Programa Nacional de Promoção de Pequenos Produtores Rurais - Proposta para decisão do Ministério da Agricultura.

Um aspecto de fundamental importância é a existência de uma enorme massa de camponeses e suas famílias, que embora retirem seu sustento da atividade agrícola, não possuem propriedade de terras. É um tipo de pequeno produtor que sempre esteve presente em praticamente todos os tipos de atividades agrícolas desenvolvidas pela grande propriedade, ou até mesmo as pequenas e médias, onde o proprietário da terra não "mora" no campo, apresentando-se de uma grande diversidade de formas: seja na figura do morador, do agregado, do colono, do posseiro, do meiteiro, do pequeno arrendatário, do sitiante, etc.. Ressaltando o fato deste tipo de pequena produção, muitas vezes de subsistência, se constituir uma forma de pagamento ao trabalhador que também desenvolve outras atividades para o proprietário. Neste sentido a terra é cedida ao trabalhador para que ele produza sua subsistência ou parte dela e assim se reproduza fisicamente e garanta a força de trabalho para o proprietário (3) gerando um tipo específico de pequeno produtor viabilizado pelas condições específicas de desenvolvimento capitalista existente.

O que se observa porém, é que todas as formas concretas que assume a pequena produção na agricultura brasileira, subordinam-se ao grande capital, de uma maneira ou de outra. Seja subordinadas ao capital comercial e ao proprietário fundiário, seja subordinadas as agroindústrias e cooperativas capitalistas. A primeira forma encontra-se mais em regiões mais distantes dos grandes centros, na comercialização da produção e/ou na compra de produtos e insumos (sementes, adubos, defensivos) sobrevalorizados - na figura do intermediário, do atacadista, do beneficiador, do comerciante ou mesmo do proprietário das terras que assume também os papéis anteriores.

( ) - a permissão e o direcionamento de uma pequena parcela da propriedade para produção de alguns produtos de subsistência, com algum excedente que possa ir ao mercado (mandioca, arroz, feijão, milho, pequenos animais, etc.) dependendo das características culturais de cada região possibilita uma minimização dos gastos monetários e remuneração do trabalho do agricultor, visto que este produz a sua própria cesta de alimentos.

A segunda se verifica mais nos pequenos proprietários do Centro-Sul, mais associados à produção de materiais-primas, hortifrutigrangeiros, fumo, aves, suínos, etc., aparecendo nas negociações em torno do preço a ser pago ao produtor agrícola, e na padronização da produção por exigência das agroindústrias processadoras, destacando que a maioria das culturas que esses pequenos produtores associam (tomate, uva, fumo hortifrutigrangeiros, etc..) só se tornam produtivas quando acompanhadas por um "pacote tecnológico", o que também se traduz numa imposição do capital industrial, que produz os ditos " insumos modernos " .

Centralizaremos mais nesta discussão das formas de subordinação dos pequenos produtores face ao desenvolvimento capitalista na discussão do processo de modernização da agricultura brasileira.

### II.3. ORIGEM DA PEQUENA PRODUÇÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA

A estrutura agrária brasileira foi determinada historicamente pela forma com que se deu a ocupação das terras no Brasil. A colonização portuguesa estruturada a partir de uma ilimitada oferta de terras (século XVI) e da inexistência de mão-de-obra, determina no início a propriedade de terras no Brasil sob o " signo " das Capitânicas Hereditárias. Fracassadas na sua quase totalidade, <sup>as capitânicas</sup> foram substituídas por um Governo Geral, onde a forma básica de distribuição da propriedade da terra era obtida através da doação de sesmarias, grandes fazendas monocultoras escravistas, controladas por uma minoria privilegiada, que se voltava basicamente para o mercado externo. Essas grandes fazendas desenvolviam internamente uma série de relações na estruturação de uma exploração econômica complexa e concentrada, que abrangiam atividades agrícolas e de transformação que combinava uma organização do trabalho interno diferenciada, segundo as etapas do processo produtivo, com escravos e trabalhadores livres.

Esta forma de ocupação, deu origem, desde cedo, na economia colonial, a um setor interno de mercado ou de subsistência, que gera pequenas explorações, localizadas no interior das grandes propriedades, bem como nos seus interstícios, organizadas em bases familiares, voltando-se basicamente para o mercado interno ou auto-subsistência.

Ficava assim a estrutura fundiária brasileira na sua origem, baseada em grandes propriedades, com sua estrutura produtiva se apresentando como duas formas básicas de organização da produção. A grande exploração voltada para a exploração de artigos de exportação (onde predominava a relação de pro

dução escravista) e a pequena exploração onde além do trabalho escravo voltado para a subsistência da fazenda, "homens livres" na condição de produtor direto voltado para a agricultura de subsistência ou para a produção mercantil, quando a economia colonial abre espaço para sua ocorrência.

Aparecia assim pequenas propriedades que desenvolviam pequenas explorações agrícolas nas terras inexploradas, basicamente sob a forma de posse.

Durante três séculos, esta estrutura agrária se move reproduzindo a concentração fundiária e as estruturas de explorações mencionadas.

No século XIX ocorre uma mudança no regime jurídico da propriedade da terra, com o fim do regime de sesmarias em 1820. Permite-se a pequenos produtores ocupar áreas conquistando sua propriedade. A partir do momento em que a expansão destas posses se torna contínua, colocando-se como um desafio à grande propriedade no sentido de assegurar a manutenção de um contingente de trabalhadores disponíveis para esta (voltada agora para a monocultura do café), lança-se a lei de terras de 1.850, instituindo-se juridicamente uma nova forma de terra gerida pelo mercado. Estabelece-se que a formação da propriedade só se faria a título oneroso e em hasta pública.

Esta forma de regular a propriedade fundiária, na medida em que o acesso à propriedade passava a ser feito pela compra, afastava a possibilidade de a massa da população se tornar proprietária, tornando a propriedade um privilégio de poucos, uma vez que não afetava o monopólio por parte dos grandes fazendeiros, pelo contrário reafirmava-o posto que esta lei extinguiu o regime de posses,

elevava os preços das terras e dificultava a sua aquisição, determinando pagamentos à vista, e fixando preços mínimos considerados superiores aos vigentes na época.

Restringia-se, assim, a propriedade não só aos homens livres despossuídos, como também aos emigrantes pobres que chegavam ao Brasil, com alguma tradição camponesa. É dentro deste contexto que se efetua também a passagem ao trabalho livre (fim da escravidão), sem se quebrar uma estrutura fundiária herdada do sistema colonial, extremamente concentrada, não se alterando significativamente as formas de exploração da terra. \*\*

Mas a pequena produção, sempre se reproduzia e se recriava sob novas formas, seja como pequena propriedade, seja como pequena produção no interior das grandes fazendas. Observando que sempre se colocando sob um caráter de subordinação, embora a importância de suas formas e suas relações econômico-sociais, no conjunto da produção agrícola - tanto no número de pessoas envolvidas; como na sua produção em si (de grande importância no abastecimento alimentar das cidades que se formavam); ou como uma forma de reserva de mão-de-obra agrícola para a grande propriedade.

Na entrada do século XX encontramos na agricultura brasileira, uma estrutura agrária do ponto de vista fundiário onde predominam as grandes propriedades. Com relação às formas de exploração, encontramos a grande exploração associada, quase sempre, à produção de artigos exportáveis, e a pequena produção podendo ou não estar combinada com a grande exploração, voltada basicamente para o mercado interno. (até mesmo dentro da mesma propriedade)

\*\* Encontra-se aqui um dos motivos da formação dos bolsões de pobreza, a geração de uma massa de expropriados numa sociedade que se baseia na propriedade como privilégio de poucos, e não um direito como deveria ser.

Até o início do século o processo de desenvolvimento da agricultura se articula com o desenvolvimento capitalista, sem sofrer grandes transformações internas. As relações de produção são basicamente as mesmas criadas pelas forças mercantis no processo de colonização. Ainda não se tinha desenvolvido relações de produção e forças produtivas capitalistas, haja visto que a agricultura brasileira manteve <sup>até</sup> quando pode, a produção baseada no trabalho escravo. No caso brasileiro, a crise da economia colonial (face à passagem ao capitalismo industrial realizada nos países centrais, que estimula o fim da economia colonial), se dá com a quebra do pacto colonial, mas com a manutenção do trabalho escravo, originando uma economia cafeeira escravista.

É a partir do desenvolvimento desta economia cafeeira, que se gera as bases capitalistas que vão promover o nascimento do capital industrial no Brasil. Dentro deste contexto se geram e se desenvolvem as relações de produção capitalistas na agricultura brasileira, num primeiro momento a partir do padrão de acumulação mercantil primário-exportador.

A intensificação do desenvolvimento capitalista no campo, promove de uma maneira assimétrica e desigual, uma reordenação das forças produtivas, trazendo no seu contexto uma tendência à concentração de estrutura fundiária e da produção

As pequenas produções de subsistência iam se reproduzindo, à medida em que acontecia a "capitalização" nas áreas centrais, nas regiões de "fronteira", desbravando regiões e ocupando-as no regime de posse.

A medida em que se desenvolviam interações capitalistas nessas regiões de fronteira, surge um novo processo de expropriação dos antigos posseiros, geralmente pelo uso da força ou por benefícios políticos, expulsando-os para "novas" regiões de fronteira, sendo que este processo se dá de maneira contínua, até a contração ou "fechamento" da fronteira agrícola. O desenvolvimento das relações capitalistas no meio rural, suscita a utilização da terra como "reserva de valor", gerando uma demanda por esta, superior à sua demanda para fins produtivos. Ocorre uma apropriação cada vez maior das terras mais longínquas, onde se reproduzia de certa maneira um tipo de pequena produção baseada na posse e na expansão da fronteira, através de sua ocupação. Este processo se dá através da expulsão dos posseiros (pequenos produtores) quando a terra se torna atrativa ao capital (normalmente depois que um grupo de posseiros desbravam a terras, se instalam, na esperança de vir a ser proprietários).

Um agravante desta situação é que o próprio Governo facilitou este tipo de expropriação, através de doações de grandes áreas de terras chamadas "devolutas" à grandes grupos econômicos e grandes empresas multinacionais a título de preocupação com a necessidade de ocupação do território nacional, gerando enormes extensões improdutivas. Também através da facilitação pelos Estado via creditícia (crédito rural favorecido) e via tributária (incentivos fiscais) às chamadas grandes empresas agropecuárias que através de um projeto de exploração, que nem sempre era efetivado, e muitas das vezes mascaradas com a colocação de alguns animais (bois) em numero muito inferior ao que figurava no projeto para conseguir os incentivos governamentais.

A contração ou " fechamento " da fronteira não significava a não existência de terras a serem incorporadas, mas sim a " inexistência de espaços a serem ocupados pela pequena produção de subsistência, em virtude da utilização da terra como reserva de valor e não como meio de produção. Ressalta-se que o processo de modernização agrícola, com capitalização da agricultura, ao basear-se na grande exploração, resultou na expropriação de um enorme contingente de pequenos produtores, notadamente aqueles em cuja vinculação com a terra dava-se de maneira precária, como os posseiros e pequenos arrendatários.

O processo de capitalização do campo vai se difundindo e aumentando, tanto na participação na produção agropecuária própriamente dita, aumentando a produção, como no contrôle do processamento da produção e da própria forma de produção em si, através da venda de insumos, e também nos sistemas de comercialização. Assim fica, principalmente o pequeno produtor, submetido ao " capital ", por dois lados, tendo sua renda comprimida por um lado na compra de insumos pela ação dos oligopólios industriais, e na venda de sua produção pela ação dos intermediários mercantis.

O caminho da modernização da agricultura brasileira se dá na forma de um processo assíncronico e assimétrico, implicando numa desagregação da estrutura agrária tradicional tendo como resultado uma heterogeneidade de formas onde coexistem desde o latifúndio atrasado, mantido como reserva de valor, caracterizado por sua extensão e na sub exploração de suas potencialidades, até as pequenas e modernas unidades, que apesar da condição de pequena propriedade, através da tecnificação se estrutura numa grande exploração capitalista.

CAPÍTULO III

UM ESTUDO LOCALIZADO: A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO  
MUNICÍPIO DE NERÓPOLIS - GO

### III. 1 - ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

A sede do município de Nerópolis encontra-se localizada a 26 Km da Capital do Estado - Goiânia-Go. O município possui uma área de 249 Km<sup>2</sup>, tendo uma altitude média de 800 metros com uma precipitação pluviométrica de 1.620 mm, temperatura anual média de 26° C, sendo a mínima em torno de 11° C e a máxima de 35° C. Sua topografia é constituída por 8% de área plana, 84% ondulada e 8% montanhosa (Fonte: IBGE)

Economia: A economia do município é constituída basicamente da exploração agropecuária e atividades agroindustriais, especialmente de hortifrutigrangeiros. O município possui 3 fábricas de doce com capacidade de produção 600 t/ano, 2 fábricas de farinha de mandioca com capacidade de 222 t/ano, 1 posto de receitação e resfriamento de leite com capacidade de 2.350 l/dia. Instalou-se recentemente no município uma agroindústria processadora de matérias primas agroindustriais (tomate, milho verde, cebola, alho, etc..) grande parte adquiridas na região, além de outras provindas de outros mercados (ervilha, azeitona, ameixa, etc..), gerando cerca de 600 empregos diretos (observando que parte dessa mão-de-obra provém de cidades circunvizinhas).

Infra-Estrutura de apoio : O município de Nerópolis é servido pelas Rodovias GO 080 Goiânia-Petrolina, que dá acesso à Belém-Brasília; GO 222 Nerópolis-Anápolis, Nerópolis-Itumbera, ambas pavimentadas; GO 231 Nerópolis-CuroVerde, não pavimentada. Além destas existem rodovias municipais e estradas vicinais, transitáveis o ano todo. Nerópolis possui 2 agências bancárias (BANCO DO BRASIL E BANCO DO ESTADO DE GOIÁS), possui também postos da Secretaria da Agricultura, IBC e EMATER (GO)

Aspectos demográficos e Sociais - O município possui uma população, segundo o CENSO de 1.990 de 12.937 habitantes, com uma distribuição da população caracterizada no quadro seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO - Quadro 3.1

ANO	POPULAÇÃO		
	RURAL	URBANA	TOTAL
1.960	3.627	2.969	6.596
1.970	3.501	4.234	7.735
1.980	2.865	7.103	9.968
1.985	2.480	7.808	10.388
1.990	-	-	12.937

Fonte: IBGE

O quadro demonstra um crescimento significativo da população urbana no mesmo tempo um decréscimo da população rural, questão que se observa como uma tendência no Brasil. Acredita-se que o desestímulo à produção agrícola contribuiu significativamente para a evolução deste quadro.

III. 2 - ESTRUTURA AGRÁRIA :

O município de Nerópolis é constituído basicamente por pequenos estabelecimentos rurais como demonstra o quadro III.2, sendo que a grande maioria se concentra na faixa de 10 a 100 ha.

Quadro III. 2 - Estabelecimentos rurais, 1991

ESTRATOS	Nº de Estabelecimentos e Área:		%
	Número	Hectare	
Menos de 10	64	304	1,6
10   _____ 100	146	3.504	44,1
100   _____ 1000	41	6.563	34,0
1000   _____ 10000	2	3.920	20,3
<b>TOTAL</b>	<b>253</b>	<b>19.291</b>	<b>100,0</b>

Fontes: INCRA/IBGE

Este quadro explicita uma concentração da estrutura fundiária no município, característica geral da estrutura agrária brasileira,

observando que mais de 20% da área do município se concentra em apenas 2 estabelecimentos rurais (0,8% do total) e, 54,3% da área se concentra em 17% dos estabelecimentos, ficando os outros 83% com o restante de 45,7% da área, com o agravante de que 25,3% dos imóveis ocuparem uma área de apenas 1,6% do total.

O processo de concentração da propriedade da terra se torna mais grave ainda, pela existência de proprietários com mais de um imóvel rural, o que não é demonstrado nas estatísticas conseguidas, mas que cabe aqui ressaltar.

Grande parte da posse da terra é ocupada por pequenos e médios proprietários, sendo que uma parcela destas propriedades são cultivadas por arrendatários, meieiros e parceiros-(quadro III. 3.)

III.3 - Posse da Terra, 1991

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO	%
Proprietários	253	76,0
Arrendatários	45	13,6
Parceiros	10	3,4
Meieiros	23	6,4
Ocupantes	2	0,6
<b>T O T A L</b>	<b>333</b>	<b>100,0</b>

Fontes: EMATER e IBGE.

Quanto ao uso da terra, embora a área destinada a lavouras seja percentualmente pequena em relação a área destinada a pastagens, esta assume uma importância crucial devido a exploração de culturas de alta produção por ha., centradas na produção de hortifrutigrangeiros, notadamente alho, tomate e outras oleráceas (vagem, cebola, pepino, jiló, etc..) além das culturas tra

dicionais como arroz, café, mandioca, milho e feijão. Como demonstra os quadros III.4 e III.5:

III.4 - Uso da Terra, 1.991

DISCRIMINAÇÃO DO USO	Distribuição Quantidade - ha.	
	Absoluta	Relativa(%)
Culturas (Lavouras)	2.072	11,0
Matas	358	1,5
Pastagens	17.260	69,0
Inaproveitáveis *	4.610	18,5
<b>T O T A L</b>	<b>24.900</b>	<b>100,0</b>

Fontes: EMATER e IBGE

\* A área de 4.610 ha. se referem a várzeas inaproveitáveis, sé de do município, rodovias municipais e estaduais e construções rurais.

A produtividade das culturas por ha. encontra-se em alguns casos, acima da média nacional devido a tecnificação de alguns produtores que utilizam processos modernos de cultivo (irrigação, adequada preparação do solo, calagem, etc..)

O município apresenta algumas características naturais favoráveis, como clima ameno, chuvas regulares, terras férteis e topografia que favorece as atividades agrícolas, além da proximidade da capital do Estado favorecendo a a produção e comercialização dos hortifrutigrangeiros produzidos.

### III.5 - Produção Agropecuária

Número de produtores, Área/Rebanho, Produção e Produtividade das Principais Explorações do Município de Norópolis, 1.991

CULTURAS/criações	Nº DE PRODUTORES:	ÁREA/REBANHO		PRODUÇÃO		PRODUTIVIDADE	
		UNID.	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANT.	UNIDADE	QUANTIDADE
Café	40	ha.	1.040	t	730	Kg/ha.	701
Arroz	63	ha.	221	t	331	Kg/ha.	1.500
Mandioca	16	ha.	23	t	333	Kg/ha.	14.000
Feijão	62	ha.	205	t	184	Kg/ha.	900
Milho	41	ha.	250	t	600	Kg/ha.	2.400
Tomate	48	ha.	62	t	3.338	Kg/ha.	53.846
Alho	58	ha.	130	t	650	Kg/ha.	5.000
Outras oleráceas	140	ha.	229	t	-	-	-
Citros	08	ha.	35	t	420	Kg/ha.	21.000
Bovinos/leite	234	cab.	16.496	1.000 lit/3841 Leite/dia		3,4 L/L/ Vaca/dia	800
<b>T O T A L (S.Repet)</b>	398						

Fontes: EMATER LOCAL e IBGE

É importante ressaltar a existência de uma "Indústria doméstica de alimentos: algumas famílias produzem queijos para consumo durante o ano todo (cerca de 15% delas)\*. Outras, em parte do ano, ou seja, na época "das águas" (25%), e há também aquelas que produzem todo o ano com o fim da comercialização (em feiras livres, CEASA, supermercados e mercearias na cidade, etc... (5%), ressaltando que sempre que ocorre uma sobra do consumo, esta é levada ao mercado. Além da produção de queijo, a indústria caseira de alimentos produz, farinha de mandioca, polvilho, rapadura, melado, sub-produtos do tomate (massa), principalmente em época de produção, além de doces, compotas, geléias e licores, esses últimos, através de treinamentos efetuados pela EMATER-GO, com o intuito de comercialização em determinadas épocas do ano, nos locais acima mencionados, a título de complementação da renda familiar. Há também uma grande incidência de criação de galinhas e porcos caipiras para o consumo, sempre com alguns indo ao mercado esporadicamente, notadamente nas feiras livres que acontecem aos domingos, sendo ponto de encontro das famílias rurais.

\* fonte escritório local da EMATER.

### III.2. DIFICULDADES ENFRENTADAS

Em Nerópolis aparece como contraposto às tendências favoráveis apontadas anteriormente, os mesmos fatores que "canibalizam" a produção e a renda dos agricultores brasileiros, desestimulando a sua produção e o empenho nas atividades agrícolas por parte destes. Notadamente no grande desestímulo, face as altas taxas de juros impostas, que muitas vezes consomem a produção do agricultor. Concomitantemente aparecem as dificuldades na comercialização da safra, não se conseguindo preços mínimos condizentes com o esforço de produção enfrentado. Além disto o agricultor enfrenta a ação especuladora que transfere grande parte de seus ganhos advindos de uma alta produtividade ao intermediário capitalista. Seja na obtenção de insumos, seja na produção propriamente dita.

No caso específico dos produtores de alho da região, enfrenta-se, ainda, a insensibilidade do Governo no tocante à importação de alho em épocas de colheita/comercialização da safra, o que já levou ao absurdo de queimas de alho, perdendo completamente o produtor os benefícios de uma alta produtividade.

O processo de desestímulo à produção agrícola explica um pouco a grande superioridade da área voltada para as pastagens no município, mesmo em face das condições favoráveis do cultivo agrícola. Toma-se mais fácil e sobretudo menos arriscado a simples colocação de gado nas fazendas esperando ganhos na procriação e na produção de um excedente de leite, bem como também na valorização da terra como reserva de valor. Observa-se que o excedente de leite, na maioria das vezes não se coloca como atividade capitalista no estrito senso, com tecnificação e melhoria de matrizes, face ao desestímulo também a este tipo de produção. Processo que gera uma subutilização do potencial produtivo da agricultura.

## BIBLIOGRAFIA

- BUAINAIN, Antonio Marcio e GRAZIANO DA SILVA, José. Reforma Agrária, Pequena Produção e Produção de Alimentos. Campinas, UNICAMP/IE, CECON, s.d. 17p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982, 192p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Mas, qual reforma agrária? Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). São Paulo, (I), II-60, abr/jul 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José e KAGEYAMA, A. Política Agrícola e Produção Familiar, in Anais do 24 Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Lavras, MG.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Editorial Laia S/A, 1974. Espanha.
- RAMOS, Pedro. Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil. Campinas, UNICAMP/IE, 1991, 331p. (Tese de Doutorado).
- WILKINSON, I. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção, 1986. HUCITEC-CEPA/BA.